

e.e.e

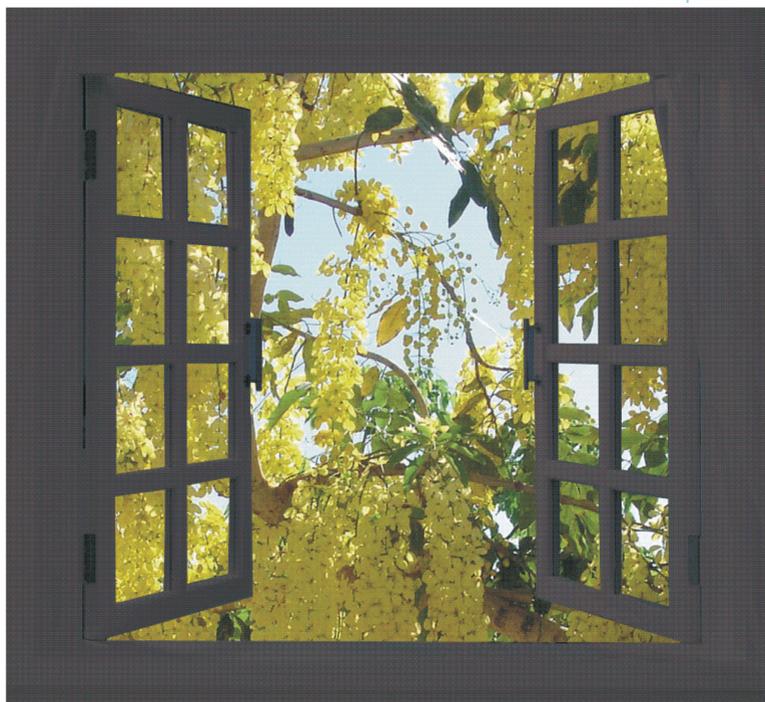
Economia e Energia

Nº

80

Janeiro - Março
2011 Ano XV

<http://ecen.com>



A Questão do Poder Mundial, Empresarial e Social

José Fantine e Carlos Feu Alvim

IMPRESSO
ENVIO GRATUITO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECI

Economia e Energia

Revista

Rio: Av. Rio Branco, 123 Sala 1308 Centro CEP 20040-005
Rio de Janeiro RJ Tel (21) 2222-4816 Fax 2242-2085
BH: Rua Jornalista Jair Silva, 180 Bairro Anchieta CEP 30310-290
Belo Horizonte MG Tel./Fax (31) 3284-3416
Internet :<http://ecen.com>.

Editor Gráfico: Marcos Alvim



Nº 80: Janeiro/Março de 2011

ISSN 1518-2932

Versão em Inglês e Português disponível em: <http://ecen.com>

Opinião

A questão do poder mundial, empresarial e social

*José Fantine**

*Carlos Feu Alvim***

As modificações de diversas naturezas que se operam no mundo chamam a atenção para uma janela de oportunidade que poderíamos denominar “janela no poder” para países, empresas e indivíduos, que costuma ocorrer justamente em períodos de mudanças e crises.

Nos últimos anos, o Brasil se mostrou pujante em termos de desenvolvimento e de esperanças. Para o País seguir com um progresso sustentado, alguns paradigmas devem ser objeto de questionamento, e novos elementos importantes precisam ser discutidos.

Neste ensaio, é apresentada uma visão focada no aspecto da competição, inovação e criatividade e no poder social, de sorte a instigar reflexões sobre possíveis mudanças no modo de agir gerencial, político ou social, com vistas à criação da riqueza nacional.

Também se analisam as diferentes transformações que tem acontecido nos diversos níveis do poder, alterando as regras do jogo comercial e da gestão para todos. Chama-se a atenção para a corrida científica e tecnológica que, embora cruel para os emergentes, representa ao mesmo tempo uma oportunidade, pois tudo muda continuamente e quem entra nessa corrida consegue lugar de destaque.

Nota do editor

Logo após o Plano Real, publicamos pela Editora Bertrand do Brasil (1996) o livro **Brasil: O Crescimento Possível** em que apontamos as limitações ao crescimento brasileiro então existentes. Contrariamente ao otimismo vigente, indicamos como principais limitações: a produtividade de capital em queda, a baixa remuneração de nossas exportações e o elevado passivo externo líquido. Baseados nessas limitações, projetamos uma hipótese básica de taxa de crescimento da economia que, infelizmente, se confirmou. Agora, acreditamos que o Brasil vive um momento diferente, quando se analisam os mesmos fatores que limitavam nosso crescimento. Este trabalho é o primeiro de uma série: **Brasil: O Crescimento Sustentado é Possível** que analisa as perspectivas dos próximos anos.

Opinião

A questão do poder mundial, empresarial e social

*José Fantine**

*Carlos Feu Alvim***

Resumo

Neste artigo apresentamos uma abordagem nova sobre o que fazer para que o Brasil e suas empresas alcancem o

desenvolvimento sustentável aproveitando o seu bom momento e a atual conjuntura mundial. Os paradigmas a serem questionados, bem como os novos elementos importantes e as variáveis em jogo que tornarão possível o progresso sustentado de empresas e País, são discutidos.

Abstract

This article presents a new approach regarding what must be done so that Brazil and its enterprises will reach development benefiting from the present world conjuncture. The paradigms to be questioned as well as the new important elements and the involved variables that will permit this sustainable progress are discussed.

Palavras-chave: Brasil, desenvolvimento, sustentabilidade, poder.

Introdução

A mídia mundial, os organismos multilaterais, os principais líderes do planeta, os organismos financeiros e, muito importante, a classe empresarial e os investidores de todos os quadrantes do exterior vêm demonstrando inequivocamente o respeito em relação ao Brasil e a seu estágio de progresso em todos os campos. Para muitos deles, o País está em um momento mágico. Esse pensamento começa a tomar corpo também no âmbito nacional em lugar do ceticismo antes generalizado.

No entanto, falta ainda a união dos brasileiros, suas várias correntes e lideranças, em pensamento e ação, em torno dessa percepção e dessa escalada rumo ao estágio de país rico –

econômica, industrial, social e tecnologicamente. Para essa arrancada, será preciso o esforço de todos.

Para o Brasil seguir com um progresso sustentado, alguns paradigmas devem ser objeto de questionamento, e novos elementos importantes precisam ser discutidos. É indispensável chegar ao entendimento do que, no presente, garantiria o poder das entidades e empresas nacionais, dos organismos públicos e do próprio Brasil. Para isso é preciso avaliar o correto dimensionamento da influência das variáveis em jogo e aprofundar o conhecimento das já percebidas.

Neste artigo apresentamos uma abordagem nova sobre o que fazer no País para tornar o progresso brasileiro sustentado rumo à vanguarda possível.

A questão do poder

Diariamente nos deparamos com questões substantivas que trazem grande perplexidade a empresários, gerentes, poder público e analistas em geral. São questões para as quais nem sempre há respostas ou consenso sobre o que fazer, quando fazer e com quais recursos. De qualquer forma, sabe-se que somente um esforço de longo prazo pode bem encaminhá-las. Malgrado essas questões, que a seguir veremos, o Brasil nos últimos anos se mostrou pujante em termos de desenvolvimento e de esperanças. Então, precisamos entender como isso ocorre e os porquês de tantas lamúrias e críticas que enchem os espaços de parte da grande mídia e que não apresentam, em termos de influência, a dimensão que querem passar à sociedade.

Muitos agora se preocupam com a sustentabilidade desse desenvolvimento econômico e social e o novo governo da presidente Dilma busca fórmulas adequadas para isso. Nesse debate, há meios convencionais de ataque, os mais difundidos,

e há fórmulas mais evoluídas que temos a pretensão de levantar neste artigo.

Vejamos antes as principais preocupações no campo econômico difundidas de forma contumaz:

- i. A China está invadindo o mundo com seus produtos de preços imbatíveis, e o Brasil perde mercados e também se vê às voltas internamente com o baixo preço dos produtos chineses alijando os produtos brasileiros de seu próprio mercado.
- ii. O real está supervalorizado, e as exportações brasileiras cada vez mais ficam dependentes de produtos primários.
- iii. As importações situam-se em bens de alto valor tecnológico, e, mesmo para os produtos manufaturados que exportamos, os componentes mais valorizados são importados.
- iv. Como o Brasil se tornou polo de interesse para investimentos estrangeiros, a entrada excessiva de dólares pressiona a moeda nacional.
- v. A remessa de lucros das empresas estrangeiras cresce a níveis preocupantes, e a saída global de recursos ao longo do tempo é maior que a entrada.
- vi. A dívida interna cresce, os juros estão elevados, o que faz encolher os recursos para investimentos internos, criando mais gargalos para a economia e para o desenvolvimento social.
- vii. Há uma crise econômica mundial e isso limita os planos de crescimento nacional.
- viii. Há ainda grande protecionismo por parte dos países mais ricos (diretos ou indiretos), diminuindo rendas na exportação

(por causa de subsídios e tarifas externas) ou bloqueando mercados nobres para produtos brasileiros.

ix. A produção interna não está acompanhando a contento o desenvolvimento e a ascensão das classes menos favorecidas, e propicia o crescimento da inflação.

x. Os investimentos estão em nível reduzido e deveriam, para recuperar atrasos em geral, crescer para algo como 30% do PIB, mas eles estão em 20%; e os investimentos em ciência e tecnologia deveriam subir para 2% do PIB, mas estão ainda em 1,1%.

No campo da gestão e no social, as principais preocupações seriam:

i. Os investimentos e os processos para a melhoria da educação em todos os níveis estão ainda insuficientes.

ii. A evolução nas questões da saúde é bastante necessária.

iii. A corrupção, a violência e as drogas atingem níveis críticos.

iv. A necessidade de aprimorar a gestão pública é evidente.

v. A gestão no terceiro setor ainda deixa a desejar.

vi. A inovação em todos os segmentos nacionais e em todos os processos ainda não está no nível desejado e necessário.

vii. O desmatamento e a poluição ainda demandam ação enérgica.

viii. O combate sem tréguas à falsificação em geral, à contaminação de produtos alimentícios e ao uso indiscriminado de agrotóxicos precisa de esforço ainda maior.

ix. As reformas política e tributária são necessárias.

x. As dificuldades para os avanços nos Programas Nacionais (elaboração de planos quinquenais sequenciados, e evolução do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, e da

Política de Desenvolvimento Produtivo, PDP) que demandam aperfeiçoamentos continuados.

Na forma apresentada, que não pretendeu esgotar o rol de alegadas preocupações dominantes ou veiculadas nacionalmente, há questões que podem ser resolvidas sem demanda de novos recursos, mas boa parte delas requer geração de mais renda para ser aplicada ou mudanças de percepção sobre a raiz real dos problemas nacionais ou de sua real dimensão.

Na grande mídia, é majoritário o debate que apresenta essas questões e propugna por ações, imaginando que sem isso os problemas nacionais não seriam resolvidos. Há discursos repetitivos que batem sobre as mesmas teclas ou simplesmente resultam de críticas com fins políticos. Os assuntos tratados, sem dúvida, devem ser objeto de atenções e ações. No entanto, é preciso colocar no debate nacional algumas outras questões, até mais simples, portadoras de grandes mudanças, se entendidas e enfrentadas. E é preciso bem entender cada uma das preocupações da moda e saber relativizar seu impacto sem sucumbir ao pessimismo que por vezes se vê nos debates, muito centrados no jogo político e menos na verdadeira dimensão de cada questão. Os debates passam longe da realidade econômico-financeira, pois, se tudo o que é propugnado fosse ordenado como prioridade absoluta, nada seria feito antes de alguma nova geração de recursos.

Nesse quadro, a grande questão é compreender o que de fato cria a riqueza nacional sustentada e o poder nacional. Entender a essência do poder das empresas e das organizações públicas e privadas no cenário interno e externo, e então do País, é essencial para promover a sustentabilidade das instituições nacionais. Neste artigo, é apresentada uma visão focada no

aspecto da competição, inovação e criatividade e no poder social, de sorte a instigar reflexões sobre possíveis mudanças no modo de agir gerencial, político ou social, com vistas à criação da riqueza nacional.

As mudanças pouco percebidas ou ainda não valorizadas como cruciais

Há uns vinte anos começou a tomar fôlego a ideia de que uma empresa deveria ser pública no sentido de servir à sociedade antes que a seus donos e, assim agindo, poderia garantir sua permanência no mercado, seus lucros e, desse modo, indiretamente, asseguraria os direitos de seus acionistas. Por algum tempo, essa ideia, que teve no Brasil o saudoso Betinho como uma liderança visionária, não deslanchou, depois entrou apenas nos discursos e, no presente, começa a ganhar destaque e validação.

Mas existe muita manipulação de informação, e ainda prevalece o sentimento de impunidade em relação aos exageros alardeados por muitos, que se valem da novidade do tema, do desconhecimento dos custos percentuais ou comparativos com a dimensão do problema que se diz querer corrigir, da origem dos fundos aplicados etc. Porém a sociedade seguramente evoluirá o suficiente para não permitir que corporações e/ou governos tentem, através de propaganda enganosa, bem se situarem em relação a seus reais compromissos sociais.¹

Para se certificar da evolução positiva nesse campo, ainda que modesto, basta: verificar o que fazem as grandes corporações para serem aceitas e validadas internacionalmente como socialmente responsáveis; ver a multiplicação de organismos que medem essa performance e a adesão a eles; pesquisar o que se denomina “Critérios da Excelência da Fundação Nacional da Qualidade”; acompanhar na mídia a multiplicação de espaços para promover ações sociais das entidades; verificar a cobrança nos instrumentos de exportação e

produção sobre produtos e serviços para que não firam princípios universais. Talvez seja possível perceber que podem estar chegando ao fim centenas de anos de relação impositiva, seja do Estado, seja das entidades sobre a sociedade, tanto em um país quanto no âmbito internacional. Essa é uma questão substantiva no delineamento operacional e estratégico dos governantes, gerentes e empresários.

Não estamos com isso dizendo que a “era da felicidade” chegou, mas sim que a “era dos desmandos” está cada vez mais sendo questionada e parte da sociedade já impõe suas regras almejando um novo mundo. No entanto, não nos iludamos, pois o resultado de tudo depende de muitos fatores, inclusive do que será feito no curto e médio prazo pelos detentores do poder maior (que inclui a destruição do planeta) e dos meios de produção e comunicação. Entretanto, podemos ver que, enquanto possível, cresce o poder da sociedade sobre todos os outros.

No Brasil, grande parte da classe política, dos jornalistas e dos formadores de opinião, dos empresários, dos gerentes e dirigentes (na área pública e privada), dos sindicatos e dos acadêmicos consolidou seus conceitos de competição e ação em um ambiente mundial de bipolaridade, de lutas mundiais bem definidas, com alinhamentos explícitos ou não aos blocos ocidental ou soviético. Baseou-se, ainda, no modelo de mercados protegidos até o começo da década de 1990, e muitos com regimes de força ou de generalizada corrupção.

Uma nova era para esses atores se forma sem todas as informações possíveis, ora em ambiente que exacerba o poder do mercado como ente regulador, ora onde o poder do Estado é o agente principal no encaminhamento econômico e social. Também, pela não compreensão de todos os fatores da

mudança, alguns afirmam que tudo se resolveria com investimentos nisso ou naquilo (educação, segurança por exemplo), como se todos os males resultassem de um déficit de recursos aplicados e que houvesse recursos disponíveis para tal. Outros acreditam que bastaria o combate à corrupção ou a forte repressão aos desvios (incluindo as drogas e a violência) para que tudo se resolvesse. Tudo é essencial e necessário, mas não suficiente para eliminar as doenças milenares do mundo: pobreza, fome, exploração, opressão e segregação.

Saindo da esfera da discussão política, filosófica ou ideológica, podemos explorar o que de fato pode depender desses atores na orientação de um modelo mais rico e humano. O que pode depender de nós na qualidade de agentes de alguma transformação na sociedade, além do viver honesta e socialmente de forma responsável.

Nesse cenário, a todo instante, surgem questões relacionadas com a imperativa necessidade de evoluir em ciência e tecnologia como forma para enfrentar a concorrência externa, o que está começando a ser entendido pela sociedade, como nos exemplos claros da Petrobras, da Embraer e da Embrapa, com sua influência na produção nacional de alimentos. Concluindo, podemos estar assistindo a um ciclo definitivo de mudança de percepção sobre o que realmente é valor crucial no plano de desenvolvimento nacional e geração da riqueza econômica e social: a criação da riqueza plena através da incorporação da inteligência nacional aos produtos, processos e serviços.

É essa mudança de pensar e agir que levará à geração de mais renda e conseqüentemente a mais aplicações, que por sua vez gerarão mais renda, estabelecendo um ciclo virtuoso de crescimento. Não será a importação de tecnologias, de capitais ou de modelos que possibilitará o grande salto nacional. Embora essa importação seja necessária, ela não é suficiente, e o que fecha a equação do desenvolvimento nacional sustentável é a incorporação crescente da inteligência nacional a tudo que se

faça aqui. E isso não depende de esperar que o País avance em educação, saúde e infraestruturas para acontecer cada vez mais. Nenhum país hoje rico primeiro arrumou a casa para depois crescer em tecnologia e inovação. Pelo contrário, foi o organizar-se para avançar nesses campos que levou ao crescimento da renda e daí ao ciclo virtuoso que gera a renda para aplicar em educação, saúde e infraestrutura, e com isso então sustentar o desenvolvimento.

Basta observar o estágio das entidades líderes de hoje no País (do campo industrial, da gestão pública, da saúde, dos esportes, do ensino etc.) para entender que o progresso inusitado é possível mesmo em ambientes quase que inteiramente desprovidos de tudo.

O Brasil era quase nada em agricultura até a década de 1970, quando comparado com os líderes mundiais. Hoje é quase tudo graças aos trabalhos de desenvolvimento integrado realizados a partir da Embrapa e de uma rede que inclui universidades e outras instituições de pesquisa e empresários do setor. Foi a educação específica direcionada na formação inicial de doutores e mestres e para o continuado esforço no desenvolvimento dos seus quadros, acoplada com aplicações reais, na criação de verdadeiros centros de excelência em tecnologia (mais de quarenta). Daí as pesquisas, experimentações e aplicações geraram resultados crescentes que permitiram aplicar mais e mais e chegar ao ponto atual.

O mesmo processo ocorreu com a Petrobras e com a Embraer. O Brasil, nos idos da década de 1950 a 1970, estava muitíssimo mais distante do que hoje das condições que poderiam favorecer o florescimento de entidades de ponta, muito menos de entidades que teriam que dominar tecnologias

múltiplas e muito complexas no ambiente industrial e nos primeiros momentos de suas atividades.

Essas tecnologias, no campo do petróleo, eram dominadas por um cartel anglo-americano, porém, mesmo assim, a superação do atraso brasileiro ocorreu. Demonstrou-se que o caminho do sucesso não depende de esperar a mudança nacional nem favores do exterior, mas sim que ele depende de movimentos vigorosos do setor público e privado na busca da vanguarda no que fazem em vários segmentos. São milhares de situações, temas e oportunidades que podem ensejar saltos fantásticos. Centros de pesquisa foram criados, as universidades foram chamadas a participar do esforço nacional, entidades nacionais privadas surgiram e foram favorecidas, chegando o Brasil à ponta nesse setor estratégico.

Pode se fazer a mesma declaração no caso do segmento aeronáutico, ainda hoje reservado a poucos países. O esforço inicial do Estado, que criou universidade e centros de pesquisas de suporte ao segmento, a ação governamental incentivadora da produção e a criação de entidades no setor levaram ao sucesso que depois pôde se expandir porque já estavam incorporadas as condições favoráveis.

Também, no caso da mineração, a ação do Estado por décadas e a sequência da ação privada associada ao Estado deram ao Brasil o lugar de uma potência mundial na mineração e em atividades correlatas, o que não teria ocorrido se nos idos dos anos 40 e 50 do século passado tivesse prevalecido o modelo colonial exploratório vigente no mundo no setor mineral. Graças à visão de estadistas, como nos casos anteriores, o Brasil teve pernas e capacidade para ombrear-se aos melhores do mundo, provando que, antes de resolver suas questões internas gerais (principalmente educação, saúde, infraestrutura), pode e deve avançar e muito, e esses avanços revertem-se em recursos para aplicar em outros segmentos variados.

Os casos anteriores percorrem vários segmentos distintos e resultam de fórmulas diversas, mas não são únicos. São milhares de situações e temas que ensejaram saltos significativos e agora outros podem indicar oportunidades tentadoras. Elencam-se o setor bancário, a área energética em geral (cana, eletricidade), o setor da construção civil e da construção e montagem, o setor petroquímico, o setor de armamentos, vários segmentos da saúde e da educação, grandes conglomerados do cimento, da celulose/papel, das comunicações, da metalurgia, da química, da siderurgia, dos alimentos industrializados, das bebidas, das pedras preciosas, da piscicultura, da pecuária, da avicultura, dos transportes, dos tecidos, dos sapatos, das sandálias, do cinema, dos esportes e dezenas de outros. Esses exemplos mostram claramente que podemos avançar e muito enquanto as demandas básicas ainda não estão satisfeitas. Os saltos podem ser temáticos, localizados, com educação e aplicações direcionadas.

Por outro lado, infere-se que podemos avançar ainda mais se conseguirmos aplicar cada vez mais nos segmentos de base, já que o progresso disponibiliza recursos que devem ser aplicados na sustentação de novo progresso. O contrário não tem como ser levado a cabo, pois não haveria recursos e tempo para primeiramente alcançar condições básicas do primeiro mundo para depois partir para empreendimentos de ponta. Como os recursos econômicos não seriam suficientes, o Brasil iria à lona antes de alcançar sucesso nesses setores, que justamente são os que aportam maiores recursos.

Acreditar na força que pode ser mobilizada com o que já se tem, na chance de se instituir a formação dirigida de quadros e valorizar os recursos humanos continuamente, no sucesso de organismos que busquem a vanguarda no que fazem, na

geração de recursos para ir em frente e ampliar esforços, nas milhares de oportunidades a explorar deve ser a tônica. Mas, para isso, é também preciso deixar de acreditar que, somente “arrumando a casa”, investindo aqui e acolá nas necessidades básicas, trazendo fábricas ou comprando tecnologias, gastando ou economizando no setor público, fazendo essa ou aquela reforma, chegaremos ao sucesso.

Falando em sucessos, existe um consenso internacional de que o Brasil se saiu muito bem na última década ao alcançar crescimento com inclusão social, que o faz despontar como potência emergente no cenário mundial e, ainda, que mostrou gestão eficaz durante a crise financeira internacional. Parte da discussão atual que mostra nossas mazelas apenas tenta encobrir que, apesar delas, crescemos e muito, que nos posicionamos bem no cenário mundial e que podemos ir mais além. Claro, em paralelo, necessitamos, de forma ordenada, cumprir nosso “dever” arrumando a “casa” para sustentar o próprio progresso. É o que se vê fazer e a opinião pública vem dando sinais que percebe esse movimento.

Seria complicado e pretensioso apontar rapidamente as causas desse êxito nacional. Alguns pontos principais, entretanto, devem ser, em nossa opinião, destacados:

- i. A atitude governamental otimista adotada frente aos problemas, que poderíamos chamar metaforicamente de visão “marola” da crise que evitou medidas extremas que teriam feito propagar nacionalmente uma crise que não atingia, como se viu, os fundamentos de nossa economia.
- ii. A existência de um plano de investimentos já em curso, e bem antes organizado, visando ao desenvolvimento (não foi necessário inventar às pressas onde investir porque já havia o PAC), evitando-se o modelo de ação recessivo.
- iii. A melhora de rendimento do parque produtivo instalado nos anos anteriores (aumento da produtividade de capital).

- iv. A manutenção do bom preço das *commodities* no mercado internacional.
- v. Os avanços tecnológicos e empresariais que permitiram uma revolução no campo no Brasil, tornando nossa agropecuária uma das mais produtivas no mundo.
- vi. O sucesso na área do petróleo e gás e as expectativas positivas do pré-sal que garantem a viabilidade do País no longo prazo e o volume de investimentos da Petrobras em crescimento acelerado desde 2005, que repercutiram na cadeia industrial nacional.
- vii. O aumento dos financiamentos pelo BNDES, Caixa e Banco do Brasil, substituindo o crédito privado que se retraiu. Mas, além disso, o esforço dessas unidades, e em especial do BNDES, para cunhar um papel decisivo no estímulo ao progresso nacional com programas, projetos e ações ordenadoras desse movimento;
- viii. As diminuições cirúrgicas de impostos para várias linhas produtivas;
- ix. A injeção de recursos nos programas e a recuperação de salários estimulando o consumo e assim o setor produtivo

Analisar causas de sucesso é tão ou mais importante que a análise do fracasso. O êxito é sempre um conjunto feliz de atitudes e circunstâncias. Estamos diante de ambas as coisas.

Por um lado, estão dando frutos esforços de dezenas de anos nas áreas agrícola e do petróleo, visualizáveis na Embrapa e Petrobras, do outro, estamos diante de um ciclo de alta dos produtos primários e intermediários que deve ser usado em prol do desenvolvimento.

Muitos poderiam pensar, e muitas vezes pensam, que sorte seria encontrar petróleo quase à flor da terra como em muitos sítios do mundo. Então, encontrar petróleo a quilômetros de profundidade de água e a quilômetros de profundidade de rocha e sal não seria certamente tão rentável. Igualmente estarmos em um país agrícola tropical poderia nos levar a pensar que isso não nos favoreceria por não podermos aproveitar tecnologias já desenvolvidas em países temperados.

Mas, para o bem e para o mal fomos, então, brindados com desafios tecnológicos que nos são próprios e isso sim se tornou uma grande vantagem. Nas águas profundas e no pré-sal, nosso destino, nossa escolha foi a de sermos pioneiros, o que também aconteceu na agricultura e pecuária tropicais. Com isso, provou-se a possibilidade de chegar ao topo antes que a “base estivesse pavimentada” e que todos os problemas do Brasil tivessem sido resolvidos.

Sempre é bom lembrar que boa parte da redução da participação percentual de produtos mais sofisticados em nossa pauta de exportação se deve ao aumento de preço dos produtos primários e intermediários. Não temos razão de lamentar quando nossos produtos alcançam melhor preço. O que não podemos deixar é que o câmbio sufoque nossa indústria.

Está correta, no entanto, a política de buscar tentar aumentar o valor agregado e o conteúdo tecnológico de nossas exportações. Também nos parece correta a política de fortalecer aglomerados nacionais e de realizar um grande esforço junto à rede de fornecedores da Petrobras, no sentido de, pelo menos, manter a participação do produto nacional nos investimentos aqui realizados (o que significa crescer no mesmo alucinante ritmo dos investimentos da estatal) e de trazer para o Brasil indústrias externas de alto conteúdo tecnológico e de estimular sua associação com empresas locais.

O que não podemos fazer é ficar à espera de que o ciclo de matérias-primas entre em declínio, como aconteceu com o ouro,

o açúcar, o cacau, a borracha e o café em tempos passados. Assim como o petróleo já fez renascer a indústria naval, ele pode ser vital para estimular outros segmentos da indústria nacional e fazer com que ganhem competitividade mundial.

No setor agropecuário, por exemplo, a presença forte de frigoríficos nacionais pode agregar valor a um produto intermediário que já é altamente competitivo. Café, frutas, sucos, vinhos, laticínios são exemplos adicionais de que ainda muito valor pode ser agregado a nossos produtos.

A janela no poder

Nesse contexto, precisamos entender melhor o jogo de poder mundial, compreender que, embora a competição seja mortal, ela é administrável, que a corrida científica e tecnológica, embora cruel para os emergentes, representa ao mesmo tempo sua oportunidade, pois tudo muda continuamente e quem entra nessa corrida para valer consegue lugar de destaque. Se há corrida e transformações, há oportunidades para os emergentes e aqueles dispostos a colocar sua inventividade no circuito.

A crise econômica mundial, os novos meios de comunicação e os movimentos populares abriram uma brecha que possibilita uma mudança na estrutura do poder nos espaços empresarial, nacional e mundial. Como é comum nesse tipo de janelas de oportunidade, ela será aproveitada apenas pelos que a perceberem e forem mais capazes.

A sociedade se impõe, em escala e abrangência, como nunca se viu

O poder no mundo vem mudando de mãos, de matizes. Os velhos critérios de domínio de mercados, de controle da sociedade, de manipulação de grupos, de dominação econômica e militar, de garantia de currais eleitorais, de comunicação não servem no mundo presente como antes. Mas nem todos se dão conta da importância das mudanças que têm ocorrido. Essas mudanças atingem não só aos grandes, mas sim toda a cadeia de valor em todos os sistemas. A proteção aos grandes era também a proteção aos pequenos a eles ligados no sistema de poder ou produtivo

No final da década de 1980, o mundo assistiu a uma ebulição sem precedentes e quase sem derramamento de sangue, com o desaparecimento do poder global do império soviético. No campo econômico, eliminada a âncora possível na União Soviética - URSS (alinhamento ou ameaça de alinhamento para conquistar poderes internos), não surgiu quem ocupasse de imediato o vácuo deixado pelo regime comunista, prevalecendo, durante a década seguinte, a ilusão da predominância dos fatores liberais no trato das relações mundiais (livre mercado, Estado mínimo, nacionalismo em baixa). E, assim, todos os países pobres ou emergentes, menos Índia, China e vários países árabes entre poucos outros, acomodaram-se na órbita definida pelos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França, principalmente.

Por outro lado, movimentos sociais nos EUA, nos países da ex-URSS e em seus antigos aliados, no Brasil, na Argentina, Bolívia, França, Inglaterra, no Egito e em vários outros, nos últimos trinta anos, reuniram milhares, às vezes centenas de milhares de pessoas, que impuseram sua vontade sem tanto derramamento de sangue como era usual no passado nessas situações – em regimes políticos distintos, fortes, democráticos ou não. Os trucidamentos a que estavam sujeitos os ativistas

agora ficam cada vez mais difíceis pela globalização da economia, pelo trânsito intenso entre os países e pelas dificuldades para impedir a divulgação dos fatos em tempo real, bem como pelo patrulhamento militar das grandes potências e da ONU. Política e economicamente, torna-se cada vez mais insustentável a manutenção de regimes inteiramente fechados por longo tempo, bem como de organizações públicas e privadas onipotentes. É certo que repressões violentas e até massacres continuam ocorrendo em países como Síria e, sobretudo, em países mais remotos da África, mas esses países sofrem censuras e retaliações que vão desgastando os regimes vigentes e terminam por revertê-los. Ainda é uma exceção, mas, em casos como os massacres da ex-Iugoslávia e da Libéria, alguns dirigentes sofreram e sofrem punições pessoais.

Com a facilidade nas comunicações, multidões se conectam, e as notícias correm à velocidade da luz. Isso quer dizer que cada vez mais o poder está com as pessoas e não necessariamente com organizações, exércitos ou políticos. O que ocorre em qualquer ponto da Terra é visto por boa parte da população mundial em todos os quadrantes. As novidades de um lugar são difundidas facilmente e todos têm chance de conhecer os avanços tecnológicos, da saúde e do lazer e de desejá-los.

Essa é uma nova realidade. A partir disso, não terá como esconder (para “salvar a pele”) o que houver de melhor alhures na tecnologia, na qualidade de vida e na administração pública e privada. Ou, também, a ineficiência, a corrupção, a violência, a baixa qualidade, o alto custo e os desvios morais. Nenhuma empresa conseguirá “impunidade sustentada” para seus erros, nem obterá sustentabilidade se não alinhada com a sociedade interna e externa. Claro que há uma gradação, um retardo

nessas mudanças de equilíbrio de forças, mas este é o horizonte: crescentemente um mundo com o poder nas mãos dos cidadãos.

Essa notável mudança se bem internalizada reorienta os modos presentes de governar ou gerir, pois ninguém está a salvo de uma ação coletiva. Nem os grandes, nem os pequenos. Os vazamentos da WikiLeaks, os movimentos de massa e exigir mudanças, as campanhas das mídias contra a corrupção e desvios (ainda que atendendo a interesse políticos também), a divulgação das torturas no Iraque ocupado são exemplos eloquentes disso.²

Em função de frustrações de expectativas quanto aos resultados do modelo liberal aplicados na década de 1990, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, novamente surgiram os movimentos nacionalistas e com controle pelo Estado de parte da economia antes privatizada. Nesse ínterim, países como a China e a Índia impulsionaram Planos Nacionais abrangentes que os têm alçado a patamares de desenvolvimento inusitados. A Rússia, que de início aderira a uma liberdade solta para os agentes internos e externos, viu sua população dar uma guinada ao colocar no poder correntes que resgataram o nacionalismo e a intervenção do Estado na economia, em novos modelos. De alguma forma, isso é semelhante ao que ocorreu no Brasil, que no momento desponta entre os que lideram a corrida do desenvolvimento.

Com a crise econômica nos países ricos em 2008, que persiste por anos, ficou absolutamente patente que o mercado sozinho é incapaz de regular a economia e que as soluções para a saída da crise e a manutenção da estabilidade dependem muito da ação do Estado, que estatiza empresas ou injeta astronômicas somas de dólares e euros nas combalidas economias e, ainda, estabelece padrões de controles e de intervenção muito distantes do que a doutrina liberal propugnava.³ Curiosamente, o próprio FMI admitiu ser aceitável

o controle de entrada de capitais pelos Estados (*Valor*, 07/04/2011); os EUA e países europeus estatizaram empresas em dificuldades e garantiram que gigantes não fossem à falência, também contrariando um dos dogmas da política neoliberal.

É preciso que não se advogue o retorno à estatização como norma única de conduzir a política econômica, mas que se revogue o pensamento equivocado que tenta ignorar o papel do Estado no campo econômico como um dos agentes válidos para a busca do sucesso econômico e social. Afinal, não há, nem houve, país algum que tenha chegado ao poder maior, ao pleno desenvolvimento, à riqueza sem o uso, em maior ou menor escala, do poder do Estado.

A Revolução Francesa, com início em 1789, e a Revolução Russa de 1917 tornaram-se marcos da tomada do poder pelo povo insatisfeito com sua miséria e os desmandos do poder vigente. Se a tomada do poder se deu sem grandes sacrifícios de vidas, isso não se pode dizer da fase seguinte de sangrenta repressão, enfrentamentos externos e desvios dos objetivos iniciais. Depois delas, a maioria das grandes revoluções se fez na base de guerrilhas com muito derramamento de sangue. No entanto, a partir de 1979 no Irã e de 1989 na ex-URSS, começou a era das revoluções populares apenas com a força da opinião da coletividade, que venceu os tanques e todo o aparato de repressão e, no presente, há um rastro de contestações em dezenas de países, algumas exitosas como a do Egito, com esperanças de uma evolução democrática, e outras ainda ao modelo antigo, como na Líbia e na Síria. De qualquer forma, o ponto comum tem sido a ampla mobilização da população nas cidades mesmo nos regimes mais fechados e com repressões as mais violentas.

A mudança no poder dos países

O mundo, depois da Segunda Guerra Mundial, caminhou rapidamente para um novo modelo econômico, geopolítico e empresarial cujos resultados vêm impactando todas as sociedades desde as mais desenvolvidas até as menos favorecidas. Antes desse conflito,⁴ ainda prevaleciam os resquícios do colonialismo dos séculos XV a XIX, e muito se resolvia pela força ou pela ocupação de dezenas de importantes países, fornecedores de matéria-prima e mercado para os bens industrializados dos países mais ricos. E, quase sempre, o crescimento de qualquer novo ator no mercado mundial levava ao estado de conflito, de sorte a eliminar do mercado o país concorrente. Nada muito diferente do que ocorrera nos milhares de anos no planeta entre tribos, nações, feudos e países. O panorama era muito favorável para as grandes corporações dos países mais poderosos que, em última instância, influenciavam diretamente as ações desses países líderes e podiam assumir posições de destaques em todos os mercados. Praticamente existiam monopólios em todos os ramos e, quando não, existiam os oligopólios e cartéis.

Logo no pós-Segunda Guerra Mundial, delineou-se uma nova configuração mundial, com a libertação das colônias dos países perdedores, mas também progressivamente das colônias (de fato ou por cooptação) dos países do bloco vencedor. As últimas colônias no modelo antigo, da África e Ásia, entraram pela década de 1970 e 1980, mas praticamente todas deixaram de existir. Dessas, as colônias por cooptação no campo petrolífero desapareceram na década de 1970, bem como as velhas formas de dominação através de títeres⁵ ou formas ditatoriais (e suas alianças) que não estão resistindo no presente, cada vez mais sendo sentida a força da sociedade, interna e mundial, na deposição desses governantes.

No período de 1945 a 1990, o mundo se viu diante da forçada polarização entre comunismo e capitalismo, que pode ser

analisada tanto sob a ótica ideológica (modelos distintos de liberdade e de ação social e de construção da riqueza) como principalmente pela ótica da proteção dos interesses comerciais e estratégicos estabelecidos.

A URSS agrupara dezenas de países e em decorrência da Segunda Guerra Mundial estabelecera uma vasta zona de influência na Europa Oriental. Tanto a URSS como a China, que estabelecera o regime comunista em 1949, buscavam ampliar suas zonas de influência, nada diferente do que as nações capitalistas dominantes faziam por meios distintos no pós-guerra e fizeram no período anterior. Em todos os países onde se instalava o regime socialista, desde a Revolução de 1917 na Rússia, dava-se a imediata nacionalização de todos os bens estrangeiros, com perdas totais para as empresas do mundo capitalista.

Embora esses modelos fossem incompatíveis pelo lado de seus interesses econômicos, o mundo não assistiu ao que seria a Terceira Guerra Mundial (como antes sempre ocorrera nessas circunstâncias), pelo receio da destruição do planeta e pela impotência frente ao inimigo. Ocorreu uma mudança de paradigma trazida pela tecnologia militar e pelo poder de destruição das armas atômicas. O homem chegara ao poder máximo nas contendas, sempre buscado por todos os governantes desde os primórdios da civilização. Mas seu poder, se usado, seria também sua destruição e a da vida na Terra. Esse é o “equilíbrio com o terror”, único até agora capaz de impedir guerras de alcance planetário e mesmo do uso limitado desses superpoderes. Este é o grande paradoxo: não existe mais (ou existia⁶) chance de vitória para ninguém.

Vejam que, na derrocada da URSS, os defensores do lado capitalista saudaram o evento como a “vitória do capitalismo”.

Ora, naquela época, a expressão do capitalismo, antes que uma doutrina era, em verdade, a expressão do domínio de mercados e tecnologias por grandes corporações com atuação livre em mercados de seus interesses (incluindo o lado financeiro), nada muito diferente do que se passava, em última instância, com a expansão do modelo socialista.

Guerra mundial não houve, mas, em compensação, o mundo ficou em estado de beligerância, guerrilhas e contra guerrilhas, bem como golpes de estado se sucederam, financiados em todos os quadrantes pelo poder mundial oposto. Também exercícios de confrontação indireta foram a tônica, os mais severos o do Vietnã e o da Coreia. Confrontações diretas quase ocorreram por causa desses conflitos e das crises de Berlim (fechamento da fronteira) e de Cuba (caso dos mísseis); invasões típicas do colonialismo ocorreram como no caso da Afeganistão por duas vezes e, antes, da Hungria e da Polônia. Nos países mais pobres as lutas internas praticamente os destruíram, financiadas ora por interesses ideológicos (comunistas x capitalistas, como em praticamente todos os países da África, vários da América Central e da Ásia), ora simplesmente por interesses empresariais (por exemplo, o caso dos diamantes na África até os dias atuais). Ou seja, esses blocos econômicos se enfrentaram por meios distintos.

Como exemplo mais atual, tipicamente no antigo modelo do colonialismo, deu-se a invasão do Iraque, que para alguns ocorreu, em boa parte, para estabelecer domínios em áreas supridoras de petróleo. Nesse último caso, ficaram claras as ligações com interesses empresariais (indústria bélica, de serviços e de petróleo) e interesses estratégicos nacionais, acolhidos sob o manto do interesse da defesa nacional preventiva. Nesse caso, porém, como no do Afeganistão, toda a supremacia militar não foi suficiente para submeter inteiramente as sociedades locais. Há a repercussão na mídia mundial, local e do próprio país que intervém, e há a comunicação via internet, que inibe a escalada da repressão aos movimentos de

libertação. O que ocorrera com a invasão soviética no Afeganistão no passado, inclusive seu fracasso, repete-se com a invasão norte-americana no presente, praticamente em todos os níveis e pressupostos, como o domínio de rotas e acessos a amplas regiões estratégicas.

A ideia socialista universalizante submergiu em termos práticos com a derrocada da URSS em 1991, mas alguns de seus conceitos sobrevivem na China e renascem, a depender dos movimentos estratégicos daquele país, que escolhe se repetirá o modelo expansionista de todas as civilizações do passado, ou se manterá o foco apenas em seu entorno, considerando sua tradição de fechamento e seus imensos territórios. Ou, ainda, se estabelecerá um modelo de domínio mundial pela presença marcante de suas corporações e de seus financiamentos mundo afora.

Assim, embora em um primeiro instante parecesse resolvida a disputa com a vitória da tese capitalista, também a utopia liberal não prosperou, contrariamente a seus supostos ideais de mundo livre sem fronteiras, e acabou desembocando na retomada de posições, na qual os interesses nacionais e regionais são mais fortes e a orientação política e econômica dos países líderes menos predominante.

O sucesso econômico de países como a China e a Índia, que conseguiram conciliar a intervenção do Estado com iniciativas empresariais nacionais estrangeiras, e a crise financeira/econômica dos últimos anos terminaram por reabilitar o papel do Estado na economia mesmo nas sedes do capitalismo. Isso não impediu que, aos países envolvidos pela crise (Grécia, Portugal, Itália, França, Irlanda), continue a ser imposta a mesma receita liberal/privatizante de sempre como

receituário dominante – só que agora com forte resistência das populações envolvidas.

Além da China e da Índia, o próprio modelo que emergiu do Brasil pós-reformas começa a ser considerado um caminho viável para o desenvolvimento em que Estado e iniciativa privada encontram um novo ponto de equilíbrio. Nele, o dinamismo vem do entrosamento de empresas privadas nacionais e estatais modernizadas, como Embrapa, Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e algumas empresas elétricas.

Um fenômeno relativamente inédito na história mundial que influenciou fortemente o desenvolvimento econômico de alguns países, particularmente na Europa Ocidental, foi a união econômica regional que teve papel decisivo no progresso econômico desses países, como será visto mais adiante.

O Japão renasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial, em parte apoiado pelos EUA, que se viram às voltas, logo após essa contenda, com a Guerra da Coreia, vizinha do Japão e, por isso, demandavam que se restabelecesse a produção local. Por isso, mesmo ocupado militarmente, o país pôde reiniciar sua indústria pesada e, mais tarde, contou com abertura do mercado norte-americano como forma de promover o desenvolvimento de países da área asiática, objetivando conter o avanço do comunismo, que se expandia graças ao apoio da URSS e China, da pobreza local e do sentimento antiamericano. Esse país cunhou o moderno modelo de desenvolvimento com base no tripé:

- i. Especial dedicação ao desenvolvimento tecnológico e à inovação como premissa fundamental para o desenvolvimento e criação da riqueza.
- ii. Elevado incentivo à educação.
- iii. Reserva, por várias maneiras, do mercado interno para as empresas japonesas, mas obrigando-as a se inserirem no mercado externo e a competirem internamente.

Seu orgulho nacional fora ferido com a derrota militar e se lançaram em um amplo projeto estratégico de chegar ao domínio industrial no mundo a partir de suas próprias forças econômicas, tecnológicas e industriais.

O modelo japonês é semelhante ao implantado a seguir pela Coreia do Sul, ² por Taiwan e Cingapura, e tem algumas poucas semelhanças ao da Indonésia, Vietnã, Malásia e outros tigres asiáticos que passaram a acolher as grandes empresas japonesas e de outras localidades. Tais empresas saem de seu país de origem em busca de mão de obra e energia mais baratas. Mas, Indonésia, Vietnam e Malásia terão bem mais dificuldade para alcançar a riqueza, pois, em parte, abriram mão do desenvolvimento tecnológico próprio intensivo, tornando-se dependentes das matrizes das fábricas que acolheram.

A polarização de forte viés político e militar capitaneada pelos EUA e ex-URSS foi substituída pela emergência de poderosos blocos econômicos bem definidos, mas ainda em expansão e, no presente, não belicosos. Agora, contam no concerto mundial:

- i. A União Europeia (27 países) e seus líderes, Alemanha, França e Inglaterra.
- ii. Os EUA junto com o Canadá e México (NAFTA).
- iii. O Japão, que estabelece uma rede na Ásia.
- iv. A China, que estimula blocos na Ásia ou na África, supera a todos em exportações e disputa a liderança militar e tecnológica mundiais.
- v. Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, cada um ainda sem o poderio econômico dos líderes mundiais, despontam com supremacia em alguns nichos, compondo com a China a ideia

de um bloco (BRICS), bem como alargando suas zonas de influência.

Além disso, há países com grande destaque no campo comercial ou industrial como a Coreia do Sul, Suíça, Austrália, Nova Zelândia, Noruega, Israel, Chile e poucos outros que, mesmo agindo ainda de forma isolada ou com acordos com outros países ou blocos, apresentam vantagens competitivas em alguns segmentos. Com isso disputam de igual para igual o comércio mundial.

Nunca, em tempo algum, sobreviveram no mesmo espaço geoeconômico tantos blocos econômicos e tantos países em condições de competir uns com os outros. Isso mudou e continua mudando o paradigma de competição mundial e de poder entre os países e, sem dúvida, impacta profundamente a gestão das grandes empresas e dos governos.

Nesse universo economicamente dividido, assistimos agora aos problemas econômicos dos países mais poderosos do bloco ocidental (em parte justamente por causa dessa pluralidade de atores no mercado), às disputas empresariais, à tentativa de cooptar nações emergentes. Como o mundo é finito comercialmente ou, em outras palavras, não tão elástico em termos de demanda, ao sucesso de um bloco correspondem perdas severas de outros. Portanto, ou caminharemos para uma competição saudável e instável ou, como no passado, para as retaliações e/ou conflitos armados. O mundo, para comportar o progresso do Brasil, da Índia e da Rússia e ainda mais uns dez anos de progresso acelerado da China, terá que encontrar urgentemente meios para resolver de modo pacífico as consequências dessas expansões. Teme-se que um dos mecanismos de proteção seja o bloqueio pelas sociedades dos países ricos aos produtos dos países emergentes sob a alegação do aumento das emissões de carbono ou dos agravos contra a natureza. Isso em parte já é tentado institucionalmente ao se querer impor limites para as emissões desses países ou impor regras para a aceitação mundial de suas empresas.⁸

Nessa situação de diluição dos poderes mundiais, as liberdades dos povos avançaram como nunca, e de alguma forma sustentam essa emergência de tantas economias. Mas esses avanços têm suas raízes em outras causas que não as econômicas ou a queda da ex-URSS, como:

- i. A aproximação mundial resultante na mudança das comunicações e da era digital, que leva as notícias em tempo real para todos os quadrantes, por esse meio enfraquecendo a manipulação pelas lideranças.⁹
- ii. A ação de alguns estadistas que se cansaram de ver seus países em destruição eterna (em parte, daí os avanços da União Europeia).
- iii. O próprio inconsciente coletivo resultante do sofrimento nas guerras – a Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e seus desdobramentos, e principalmente a Guerra Fria, que deixou o mundo em suspense por décadas, submetido à ameaça de sua destruição total. Embora um ou outro dirigente mais belicoso surgisse depois dos anos 1940, suas investidas ficaram restritas, sem apoio na sociedade, e fadadas, no momento, ao acaso.

Surgiu um novo paradigma, cada vez mais atuante, o das forças supranacionais, quando ocorre uma agressão (que não seja de um dos líderes do momento, EUA, China, Rússia), como no caso do Iraque com o Kuwait, e de algumas das Repúblicas da área da ex-URSS, como no caso do Haiti, da Líbia e de alguns países africanos. Em guerras patrocinadas pelos líderes mundiais, há uma comoção mundial que acaba influenciando internamente nessas sociedades e leva, mais cedo ou mais

tarde, a recuos (Iraque, Geórgia, Afeganistão, Israel etc.), inclusive com repercussões na disputa eleitoral (caso Obama quando se elegeu é uma constatação dessa assertiva). Entretanto, vê-se que em um primeiro momento as sociedades postas diante de ameaças reais ou manipuladas reagem exigindo o exercício de retaliação ou pressão militar (caso 11 de setembro nos EUA), mas os mandatos estabelecidos sofrem a análise de consistência logo em seguida.

Então, agora, o poder dos países advém de seu poderio econômico, tecnológico e científico, sendo o poder militar praticamente nulo para definir vantagens competitivas. Entretanto, para os postulantes a países hegemônicos, o poder militar torna-se essencial, não para alcançar a competitividade, mas sim para não sofrer ações desestabilizadoras, como é o caso da China, Rússia, Índia e Israel.

Novamente vemos o mundo se tornar bipolar com a evolução militar da China, mas nem ela nem os EUA têm como imaginar uma guerra de conquista de espaços um do outro. Essa bipolaridade se faz, contudo somente no campo militar, pouco afetando, por ora, em alinhamentos como na era das disputas EUA x URSS. Situações regionais, como da Índia e do Paquistão, entre árabes e Israel, exigem envolvimento militar crescente. Esse poderio, no entanto, pouco adianta para pretensões comerciais das partes. Assim, qualquer país que ordene muito bem seu desenvolvimento global ou em alguns nichos de interesse pode conseguir um lugar de destaque mundial.

O Brasil está no limiar de ordenar seu processo se bem persistir em seus projetos nacionais como os PACs, o PDP e seus desdobramentos, bem como no fortalecimento de suas grandes corporações, no incentivo sem trégua às micro, pequenas e médias empresas e se continuar sua melhoria da gestão em geral. É necessário entender as causas do progresso dos EUA no passado e sua manutenção no presente, o

desenvolvimento da Alemanha, da França e do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, da Inglaterra na virada como potência mundial, de Portugal no pós-Sagres, da Coreia do Sul na pós-libertação do domínio japonês e da guerra que a devastou, do Canadá, da Austrália e de Israel nas últimas décadas. Olhar o que fizeram e não o que fazem, eis a questão.

Desse modo, constata-se que um país, para ser forte, precisa avançar muito em ciência e tecnologia, e em ordenação de um Projeto Nacional duradouro e concertado, pois outras proteções não terá.

O maior crescimento brasileiro nos últimos anos, a relativa estagnação dos países ricos e as mudanças na taxa de câmbio colocaram o Brasil, em 2010, como a sétima maior economia do mundo quando se passa pelo câmbio oficial. Em uma escala que reflete melhor o tamanho das economias, a que utiliza a paridade do poder de compra em relação à moeda americana nos EUA, o Brasil ocupa o oitavo lugar. Ambas as apurações são do FMI para 2010. Assim, o Brasil ocupa o sétimo ou oitavo lugar na economia mundial, sendo ainda o quinto país em termos de extensão territorial e em população. Em recursos naturais, força de trabalho e produção de bens e serviços, o País está na lista dos dez maiores.

O fato de nossa economia estar entre as dez maiores do mundo ainda não foi incorporado à percepção dos brasileiros frente ao mundo, mas já é um fato concreto nas relações internacionais. Antigamente havia aquela incômoda sensação de intruso do presidente do Brasil nas fotos das cúpulas mundiais. Provavelmente, nas reuniões do chamado G8, já se sinta a ausência de países como China, Brasil e Índia para que elas tenham maior sentido prático. Falta nossa consciência coletiva assimilar o fato de o Brasil estar entre os “dez mais”.

As associações regionais de países

A Europa experimentou um progresso marcante de 1950 a 1990 e resolveu se unir de forma a evitar as recorrentes guerras destruidoras, gerando a União Europeia (EU), uma parceria de 27 países no momento (que inclui os mais importantes da região), agindo como um bloco. A motivação aparentemente de fundo exclusivamente humanista, no entanto, tinha o viés “nacionalista continental”, visando conter a supremacia dos EUA no mercado interno e mundial.¹⁰ Também buscava-se contrapor, em seus primórdios, a ameaça soviética que formara antes seu bloco assemelhado com a Europa Oriental (COMECON¹¹), bem como o poderio da nascente potência econômica japonesa, que ameaçava invadir o mercado europeu. Esse arranjo da UE acabou sendo ainda mais vantajoso, pois serviu e serve também de anteparo ao poderio dos demais países asiáticos, notadamente a Coreia do Sul e a China. Com a derrocada da URSS, ela passou a atrair os antigos membros do COMECON e a fazer frente também à Rússia (que também formou uma Federação, mas de menor importância). Agora, a UE enfrenta sua prova de fogo com a quebra de alguns países e estado de penúria em outros, com graves repercussões nos empregos e na qualidade de vida.

Observando a questão “poder” dos países por um ângulo mais abrangente, há que ressaltar o papel da ONU no encaminhamento das discussões globais, ambientais, sociais, e mesmo militares, em que pese as posições unilaterais dos EUA, da Rússia e da China. Porém se verificam sinais de fortalecimento de sua ação mesmo porque não há outro fórum semelhante. Há ainda os acordos na área do comércio, que começam a alinhar melhor as disputas entre os grandes, definindo o que pode e o que não pode nas transações mundiais. Deve-se ressaltar o crescente poder dos organismos que congregam vários países: além da União Europeia (EU), há o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Cooperação

Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

No caso da América do Sul, está em curso uma nova organização do poder, antes vetorizada pelos EUA, pelo uso direto do poder econômico ou intermediado por ditaduras militares. Surgiram novas lideranças que resgataram os ideais de integração regional e de inclusão social que se faz, algumas vezes, de forma ruidosa, mas crescentemente com pragmatismo. A importância desse fenômeno se reflete na grande imprensa, na maior cobertura de assuntos regionais antes ignorados. Não se pode ignorar que ainda existe uma visão autodepreciativa, remanescente de nossa condição de colonizados, que procura reduzir a relevância dessas lideranças e das ações em curso. A ação dos novos líderes é mostrada por parte da grande mídia de forma depreciativa, registrando que tudo o que fazem é incorreto, embora, no passado, a ação dos ditadores e presidentes alinhados ao modelo de abertura ampla dos nossos mercados, e privatizações direcionadas ao capital estrangeiro, não tenham sido objeto de restrições no mesmo nível. O tempo dirá que modelos foram ou serão os de interesse na América Latina.

O fato concreto é que essa integração caminha com alguma firmeza, e isso pode ser visto pela crescente ação diplomática na região, pelas obras comuns, pela participação de empresas de um país nos outros e pela reciprocidade e integração nas declarações dos vários líderes. É fato inconteste que o Brasil vem exercendo um papel de equilíbrio e busca que se alcance o entendimento das grandes vantagens da união sul-americana, ao almejar a conciliação e evitar a arrogância.

Por outro modo de observar, com esse conjunto de blocos formados no mundo, torna-se mais difícil para países como Brasil e outros da América Latina a entrada em muitos mercados, o que é agravado pelo menor conteúdo tecnológico dos nossos bens e serviços.

As dimensões de nosso potencial mercado regional (América do Sul) representam cerca de mais um PIB brasileiro. O dobro do PIB da sétima ou oitava economia mundial é um volume considerável e, no entanto, ainda é muito inferior ao montante dos demais blocos, o que leva à necessidade de construir novas alianças. Com a integração conseguida a partir da década de 1990, os países passaram a dar maior importância ao mercado entre os países da região, e o Brasil é naturalmente o parceiro local mais relevante. Um dos frutos dessa mudança no panorama do poder regional é o crescente intercâmbio comercial que fez da Argentina nosso segundo parceiro comercial.

O poder da China

Nosso primeiro parceiro comercial passou a ser a China, e esse é um ponto que merece nossa consideração final sobre o tema “poder dos países”. As consequências dessa mudança da posição da China no poder econômico/financeiro mundial e como parceiro do Brasil ainda não estão suficientemente amadurecidas e são abordadas aqui de maneira exploratória. Será necessário que analisemos nossas relações comerciais, identificando o que é aceitável e que risco estamos assumindo.

Os produtos da China são, neste instante, baratos por razões ligadas à necessidade daquele país de se expandir comercialmente, à escala de sua produção e à facilidade de orientação de sua economia. Isso cria condições inigualáveis de competitividade em parte atribuível aos baixos salários e ao poder de arbitrar o câmbio. Seus produtos penetraram no Brasil através de marcas consagradas de outros países que nos chegavam com o selo “*made in China*”. Contudo,

progressivamente, acrescentam mais e mais tecnologia e inovação a bens e serviços realmente chineses.

No passado, os bens industriais mais sofisticados advinham de poucas empresas dominantes no mercado internacional de países também dominantes. Seu poder no mercado permitia que impusessem os preços e eliminassem concorrentes. No caso de países como o Brasil, a produção nacional surgia por medidas de proteção, pela subvalorização da moeda e por barreiras protecionistas que não evitavam, na maioria dos casos, que as mesmas marcas estrangeiras dominassem o comércio local.

Mas isso acabou por ora e o mercado está de alguma forma aberto e os produtos dos EUA, da União Europeia, Coreia do Sul, do Japão e agora da China chegam a qualquer parte do mundo. O consumidor pode, por exemplo, comprar uma televisão de empresas que competem ferozmente pelo mercado seja pela inovação, seja pelo baixo custo. Assim, não há margem para entrar no mercado com custos mais elevados ou menor qualidade e inovação.

Frente à ação agressiva de *marketing* no Brasil de um país de grande mercado externo e interno como a China, os parâmetros para poder competir comercialmente com ele são outros. Não haverá, no curto prazo, como vencer essa concorrência. Também não será fácil bloquear seus produtos, por ser ela uma das maiores compradoras de *commodities* do Brasil.

Assim, estamos diante de novos desafios e restam os caminhos que podem passar por algumas medidas que protejam a indústria nacional no mercado brasileiro, como a do uso do poder de compra do Estado. No médio e longo prazo, será necessária uma busca extraordinária da eficiência e eficácia empresarial, de investimentos substanciais em PD&I, de sorte a

surpreender o mercado cada vez mais pela inovação. A ampliação do mercado interno via crescimento também será importante como base para a indústria local, mas não poderá fazer frente ao crescimento do mercado chinês. Será necessária uma estratégia, concertada entre os governos e empresários dos dois países, visando à participação brasileira no mercado da China como, aliás, se está tentando para a Embraer e outros poucos.

Portanto, a China é, de fato, o poder do momento em termos comerciais e ela amplia seus horizontes por sua inserção nos países de seu interesse (pela captura do mercado e pela compra de matérias-primas e alimentos). Por sua saúde econômico-financeira, muito ainda influenciará os movimentos mundiais. Com o tempo, logicamente o país verá suas demandas sociais e ambientais crescerem, seus salários se elevarem, e seus parceiros lhe exigirem reciprocidades, o que bem mais à frente poderá equilibrar a questão da competitividade, inclusive pelo domínio de cotas e taxas consentidas.

Nesse quadro, o fenômeno China traz um desafio diferente de antes, vivido em menor escala quando do apogeu da escalada do Japão que parecia interminável. Frearam-na a elevação dos salários, o custo social e a emergência da competição que ora se vê no mercado, o que colocou aquele país em uma estagnação econômica que já dura décadas. A China certamente verá seus custos subirem, mas terá a seu favor a escala de seu mercado interno.

O poder das empresas

Nessa perspectiva geoeconômica, as grandes empresas do pós-guerra foram progressivamente perdendo o “poder imperial” que detinham, em parte em função do poderio de seus países de origem, e passaram a ter que competir de igual para igual com as empresas emergentes de países ou blocos também emergentes. Cresceu a importância das empresas europeias graças à dimensão de seu mercado livre interno; surgiram as

empresas japonesas que entraram em todos os mercados, seguidas pelas empresas sul-coreanas e agora pelas empresas tipicamente chinesas e indianas que começam a buscar o mercado mundial lastreadas em sua grande força interna; e surgiram as empresas transnacionais exportadoras a partir da China ou de outros polos. Ou seja, nada de poderio militar a garantir a ampliação de poder das empresas em geral (contudo o que acontece no Iraque é, em parte, a “ressurreição” de práticas coloniais que, espera-se, fiquem ali limitadas).

Além das mudanças vistas, as crises do petróleo na década de 1970 cunharam uma nova ordem econômica e industrial. Elas levaram a um redirecionamento forçado na economia com a valorização dos bens de maior tecnologia, dos produtos mais econômicos e do menor consumismo (exceto nos EUA, o que os levaria a problemas como os de agora, de alta dependência energética). E, mais adiante, a revolução dos chips, da era digital e das comunicações, com a globalização financeira, levou a novos paradigmas no modelo industrial, surgindo com muita força a era da ciência, da tecnologia e do conhecimento, em que se destacam as empresas mais bem situadas em capital não tangível que propriamente em valores físicos e de poder em matérias-primas.

Na década de 1990, as maiores empresas, em cada gênero, procuraram comprar ativos de concorrentes e realizar fusões como forma de crescer e ganhar competitividade, já que pouco poderiam contar, como antes, com a influência direta de seus países e já não bastava melhorar a qualidade (pois muitas seguiram esse caminho – mesmo produto, porém, com maior durabilidade e melhor performance), nem poderiam contar mais, como visto, com a quase exclusividade que detinham em seus mercados. No setor petróleo, todas as grandes empresas

privadas tiveram que conviver com a ideia de fusões e aquisições, reduzindo-se a poucos os atores de peso no mercado (se for considerada a atuação global em todos os segmentos). Também as estatais aumentaram suas investidas no exterior e passaram a experimentar um avanço rumo às parcerias.

Ademais, nas últimas décadas se consolidou o movimento de estruturação de empresas transnacionais as quais deixaram seus países de origem em busca de sítios onde pudessem otimizar seus sistemas produtivos e de mercado, objetivando redução de custos em geral. No caso do Brasil, em que pese o aumento de sua base industrial com a importação de fábricas, isso não correspondeu ao aumento de nossa capacidade tecnológica ou de domínio de empresas brasileiras; esse, inclusive, foi um dos maiores problemas do modelo vigente na década de 1990.

Resumindo

Na ordem mundial presente, não há lugar no pódio para países debilitados tecnologicamente, nem para os com sistemas de gestão e poderes antidemocráticos, ou que não respeitem as convenções mundiais e, tampouco, para os que desrespeitem os direitos humanos ou que agriam o meio ambiente.

Logicamente há e haverá casos de transgressões, mas isso não será a regra e esses casos poderão não chegar à sustentabilidade como outrora. Não há mais como sonhar com um país fechado e totalmente independente dos controles mundiais. Mesmo no caso da China, que não tem opositor à altura, e cujo modelo político é fechado, as pressões externas a levam a evoluir em muitos pontos, sob pena de se ver marginalizada nos mercados nos quais atua. Também a Rússia e a Índia, estados soberanos como a China, embora contando com modelos políticos muito próprios, acabam se abrindo, de alguma forma, às convenções internacionais. No caso dos EUA, no momento dono de poder imensurável, está a fustigá-los a

pressão mundial e a de sua sociedade, que exige evoluções cada vez mais apuradas, bem como há o controle pelo Congresso como em nenhuma outra parte do mundo.

Para todos os demais países, no momento, o caminho é a integração às regras mundiais que, no entanto, ainda deixam margem para os movimentos de defesa do interesse nacional se afirmarem sobre o liberalismo “ingênuo” que vigorou na década de 1990.

Para as empresas, podemos dizer que está prestes a acabar a era do domínio por força, pressão, cooptação ou subornos, por monopólios ou cartéis. Embora também ainda haja transgressões, a tendência é que as práticas ilegais, antiéticas e corruptoras sejam sempre desnudadas, não restando a nenhuma empresa o guarda-chuva protetor de seus países, como tempos atrás ocorria, nem dos tribunais em geral, e, agora, nem dos cidadãos que, outrora impotentes e sem voz, se veem poderosos com o uso das redes sociais e da internet.

Embora cada vez mais fiquem difíceis os protecionismos, sabe-se que sempre se encontrarão maneiras de usar o poder do Estado no incentivo ao desenvolvimento empresarial, científico e tecnológico, às micros, pequenas e médias empresas, aos polos e núcleos empresariais, aos diversos tipos de redes entre empresas, governos, universidades, enfim, à inovação em geral, à competitividade e à inserção nacional e mundial, como foi e é comum nos EUA, na China, Índia, Rússia, França, no Japão e na Coreia do Sul por exemplo.

Assim, o poder empresarial e a capacidade para entrar em mercados ou neles permanecer dependerão praticamente dos esforços próprios na busca da eficiência, da qualidade, da excelência na gestão e na tecnologia e do bom entendimento

com o poder nacional, buscando formas legítimas de cooperação (por exemplo, nas várias formas de estruturação de organismos de vanguarda para avançar em conhecimentos, produtos, processo e serviços de ponta).

No caso da gestão pública, tem havido alguns avanços notáveis, como a continuidade de políticas públicas que mereceram um consenso da sociedade, embora se sinta que devam ser ainda bem mais firmes e velozes. Tem melhorado a percepção da sociedade quanto aos destinos possíveis de suas áreas e aos deslizos e desvios dos governantes. Seja pelo voto, seja pela rebelião, seja pelas leis anticorrupção, os governantes e políticos incompetentes ou corruptos estão vendo seus espaços minguarem. Tudo isso decorre dos avanços nas comunicações e da emergência das redes sociais, bem como da estreita correlação percebida entre progresso e probidade dos governantes e políticos, entre avanços sustentáveis e inovação e eficiência.

Nesse contexto, os governantes e gerentes nos vários estágios da administração devem evoluir em busca de melhores padrões de gestão e arranjos para a inovação, sem o que, mais cedo ou mais tarde, saem de cena. E, dessa forma, as empresas e entidades que porventura se valiam de processos escusos ou prepotentes, monopolistas, oligopolistas ou cartelizados para se manterem no páreo, cada vez mais ficarão sem espaços, ressaltando que sua sobrevivência deverá, então, se ligar a sua capacidade de inovar e ser eficiente.

¹ O Conselho Nacional de Autoregulação Publicitária - CONAR deliberou que nas peças na mídia as empresas só veiculem dados que possam comprovar se solicitado for. Isso mostra duas faces. Uma, a da multiplicação do tema como elemento de marketing; outra, a percepção clara da possibilidade de propaganda enganosa. ▲

² As forças dominantes na sociedade estão, é claro, atentas ao que ocorre no mundo das comunicações e tratam de alcançar o

domínio da nova mídia que se formou na internet. Esses movimentos que funcionam através de instrumentos de busca e navegação terminarão por realçar a visibilidade comercial e política a suas conveniências. Também os governos, começam a coibir excessos, limitando e dificultando acessos e estendendo a ação legal à rede. Salvo em poucos países que optaram pelo controle estrito da internet (mesmo assim com furos propiciados pelas ligações diretas por satélite), existe uma inédita circulação de pensamento que atinge a maior parte da humanidade. ▲

³ No auge da inserção da doutrina liberal, era lugar-comum dizer do absurdo das empresas estatais, pois elas não precisavam ser competitivas já que nunca entrariam em falência por causa da proteção do Estado. Na crise de 2008, os governos dos EUA e da UE entraram em cena para salvar seus gigantes bancários, de seguros, do ramo de automóveis e outras. E, ao contrário, centenas de empresas estatais de dezenas de países se viram obrigadas a buscar a eficiência, e muitas foram sumariamente fechadas. ▲

⁴ Entre alguns dos condicionantes que levaram a essa guerra, estavam o crescente poderio industrial alemão, que ameaçava a hegemonia da Inglaterra e EUA nos mercados mundiais e, também, a demanda de petróleo, matérias-primas e alimentos pela Alemanha, Itália e pelo Japão, levando esses países a iniciar a tomada de outras nações para esse fim. ▲

⁵ Eram comuns as intervenções diretas ou indiretas para depor governantes que se opunham à dominação econômica e empresarial das multinacionais estrangeiras, ou para apoiar de todas as formas candidatos favoráveis ao modelo neocolonialista (de esquerda ou de direita). São exemplos: i. a queda de Mossadegh, que nacionalizara o petróleo no Irã, na década de 1950, uma das origens de desavenças do momento entre EUA e

Irã; ii. as invasões e intervenções no Caribe, como na República Dominicana e Cuba e outras repúblicas para proteger uns poucos interesses empresariais no ramo agrícola; iii. os golpes de Estado apoiados pelos EUA na América Latina, principalmente até a década de 1980, tirando de cena políticos de tendências estatizantes ou nacionalistas; iv. as repressões pela ex-URSS na Europa Oriental, impedindo a mudança de *status* político. ▲

⁶ O uso da força nuclear estava limitada pelos compromissos, explícitos ou implícitos, de “não (fazer o) primeiro uso” e da ideia de que era impossível ou improvável um uso localizado da arma nuclear. Reforçava essa quase certeza o não uso das armas nucleares nas guerras perdidas pelos EUA e pela URSS no Vietnã e Afeganistão, respectivamente. Esse princípio foi perigosamente mudado pelos EUA na administração Bush (não revogado pela de Obama), pela doutrina que passou a admitir o uso limitado de armas nucleares táticas em conflitos localizados.

▲

⁷ O clamor sul-coreano se voltava contra o Japão, que dominara a região por décadas até o fim do império japonês na Segunda Grande Guerra, e que lhe impusera um sofrimento imenso. Imitavam seu modelo, mas com vistas a suplantá-los. ▲

⁸ Alguns internamente veem oportunidades nessas restrições, mas poucos fazem as contas a respeito do elevado valor dos subsídios necessários ou das isenções de impostos (que faltarão para atividades essenciais ou terão que ser majorados em outros campos). Os países ricos apresentam condições de bancar sem maiores sacrifícios os custos das alternativas limpas não poluidoras, o que não é o caso brasileiro de forma generalizada. Então, haverá casos com vantagens, mas haverá outros de extrema desvantagem para o País. Mas esse é outro assunto, já em amplo debate na sociedade. ▲

⁹ Embora o povo norte-americano tenha sido preparado para aceitar uma guerra no Iraque e no Afeganistão, a oposição

mundial e o fracasso diário, vistos em tempo real na mídia, as mortes e o horror transmitidos minaram o apoio social e influenciaram nas eleições. Agora o grande projeto governamental é dar uma saída para os EUA. ▲

¹⁰ A União Europeia é uma organização internacional constituída atualmente por 27 estados membros. Foi estabelecida com este nome pelo Tratado da União Europeia (normalmente conhecido como Tratado de Maastricht) em 1992, mas muitos aspectos dessa união já existiam desde a década de 1950, a partir do Tratado de Paris, assinado em 1951, estabelecendo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e dos Tratados de Roma, assinados em 1957, instituindo a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atômica, ou Euratom. ▲

¹¹ O COMECON (Council for Mutual Economic Assistance, Conselho para Assistência Econômica Mútua) foi fundado em 1949, e visava à integração econômica das nações do Leste Europeu. Os países que integraram a organização internacional foram a URSS, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Mais tarde, outros países juntaram-se à COMECON: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978). O aparecimento da COMECON surgiu no contexto europeu após o final da Segunda Guerra Mundial, do qual resultou a destruição de parte do continente Europeu, surgindo como resposta soviética ao plano edificado pelos EUA, o Plano Marshall, que visava apoiar a reconstrução econômica da Europa Ocidental. ▲

(*)José Fantine, engenheiro, consultor da COPPE/UFRJ, onde é coordenador do Espaço Centro e Redes de Excelência

(ECENTEX), ex-diretor da Petrobras e ex-superintendente de Planejamento da Petrobras. Membro da Academia Nacional de Engenharia. E-mail: **josefantine@gmail.com ▲**

(**) Carlos Feu Alvim, doutor em Física, redator da revista *Economia e Energia* (E&E) e consultor da COPPE. E-mail: **feu@ecen.com ▲**

Apoio:

eeen

ECEN - Consultoria Ltda.

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

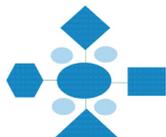


**GOVERNO
DE MINAS**

Revista - Economia e Energia e.e.e Economy and Energy
Editor Chefe: Frida Eidelman [frida@ecen.com]

Organização Economia e Energia - **e.e.e** - OSCIP
Diretor Superintendente: Carlos Feu Alvim [feu@ecen.com]

Parceria:



Ecentex
COPPE/UFRJ

Apoio:

**Ministério da
Ciência e Tecnologia**



Remetente:

Revista - Economia e Energia

Rio: Av. Rio Branco, 123 Sala 1308 - Centro
CEP - 20040-005 Rio de Janeiro - RJ